

PROJETO BÁSICO

*A Fundação Habitacional do Exército é uma entidade dotada de personalidade jurídica de **direito privado**, criada pela Lei 6.855, de 18 de novembro de 1980, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, com **patrimônio próprio e exclusivamente privado**, cujo funcionamento **não é custeado por recursos públicos**, sob nenhuma forma. A Fundação Habitacional do Exército, conforme o previsto no Art. 35 de seu Estatuto, opta por seguir, apenas e exclusivamente, o previsto na Lei de Licitações, entretanto **não aplica e não é gestora de bens, dinheiros ou recursos públicos**.*

1. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica com disponibilização de mão de obra, materiais e equipamentos, para a execução de serviços de cercamento e colocação de placa de identificação de propriedade em terreno da FHE, localizado na Avenida Borges de Medeiros, esquina com a Rua Ernesto Beck – Bairro Passo D’Areia – Santa Maria/RS.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A execução dos serviços foi demandada à GEREN pela Gerência de Operações Imobiliárias – GEOPI, em atendimento a notificação nº 31059/2023, expedida pela Prefeitura Municipal de Santa Maria em 16/02/2023.

2.2. O cercamento existente não oferece mais condições de preservação na segurança do terreno, permitindo que o imóvel venha a ser acessado por pessoas não autorizadas, conforme descrito no Memorando MM DIHAB/GEOPI nº 087/2023, de 27/02/2023.

2.3. Ressalta-se que a presença de “vândalos” no local aumenta a possibilidade de invasão ao terreno, bem como trazem desconfortos às casas vizinhas.

2.4. Devido a vulnerabilidade pela falta de proteção, concomitantemente com o prazo estipulado pela Prefeitura Municipal, em sua notificação, prazo este estendido até 28/04/2023, para execução das obras, **será necessária a contratação destes serviços com a maior brevidade possível.**

3. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo para execução dos serviços de será de **01 (um) mês**, contados a partir da data definida para o início dos trabalhos na Ordem de Serviço, a ser expedida pela Gerência de Engenharia da CONTRATANTE.

3.2. Os motivos de força maior capazes de justificar, a critério da CONTRATANTE, a prorrogação excepcional do prazo de execução, somente serão considerados quando apresentados com fundamentação e por escrito, logo que caracterizados e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da sua ocorrência.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Centro de Custo GEOPI, Conta Orçamentária: REPAROS, ADAPT E CONSERV – ESTOQUE DE IMÓVEIS – PJ: 469.819990007020001.

5. FORMA DE PAGAMENTO

O desembolso ocorrerá em única parcela após o recebimento dos serviços, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento da fatura, acompanhada do Termo de Aceitação dos Serviços.

6. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Execução de Muro em Alvenaria

7.1.1 Construção de fechamento dos pontos de acesso ao terreno e acréscimo ao muro existente, de número variável de fiadas de tijolos com 6 furos, de cutelo, ao longo dos alinhamentos junto às ruas Borges de Medeiros e Ernesto Beck.

7.1.2 Quantitativo aproximado de alvenaria = 70m².

7.1.3 Execução de chapisco em todo muro externo, numa quantidade aproximada e 200m².

6.2. Placa Indicativa de Propriedade

7.2.1 Será confeccionada e instalada, 01 (uma) placa indicativas de propriedade, em tubo industrial quadrado – 2,5x2,5cm, medindo 1,20m de largura e 1,0m de altura, em chapa metálica de 2mm, conforme orientação de desenho, prevendo-se a execução de acabamento em pintura esmalte acetinada na cor branca e arte em vinil adesivo.

7.2.2 Estrutura de suporte da placa com quadro confeccionado em metalon de seção quadrada 2,5x2,5cm, e espessura de 1,20mm, e fixado em estrutura de metalon de 4x4cm, conforme especificado em desenho.

7.2.3 A estrutura de suporte da placa será fixada no solo e concretada, conforme indicação em desenho anexo a estas especificações.

7.2.4 O local para a instalação da placa será definido pela Fiscalização da CONTRATANTE, voltada para Rua Borges de Medeiros.

7. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

7.1. A planilha orçamentária deverá ser elaborada conforme modelo apresentado em anexo, sendo que nos valores deverão estar incluídos todos os encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta e indiretamente na execução dos serviços.

7.2. A FHE considera em seus custos unitários os serviços prontos, executados dentro das normas técnicas e leis vigentes; e com todos os materiais postos no local do serviço. Assim todos os valores que serão apresentados pelas licitantes devem contemplar tais considerações.

7.3. No caso de divergências será adotado o seguinte critério: as **Especificações Técnicas ou Descrição dos Serviços prevalecem sobre as Plantas de Projetos (Desenhos) e estas prevalecem sobre a Planilha de Orçamento de referência.**

8. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

Antes da elaboração da proposta é recomendável que a empresa visite o local onde serão executados os serviços. Não serão aceitas justificativas por desconhecimento do local e de suas condições. A empresa interessada em participar deverá preencher o modelo de declaração de visita anexo a estas especificações.

9. DAS LICITANTES PARTICIPANTES

9.1. Poderão participar da presente Licitação empresas de engenharia em dia com suas obrigações fiscais e em situação regular perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de seu estado de atuação ou junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), e em dia com as obrigações fiscais.

9.2. A empresa a ser contratada deverá apresentar, antes de iniciar os serviços, engenheiro civil ou arquiteto como responsável técnico pela execução dos serviços, com a apresentação de ART (anotação de responsabilidade técnica) ou RRT (registro de responsabilidade técnica), fornecidos respectivamente pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

10. FISCALIZAÇÃO DA CONTRATANTE

10.1. A CONTRATANTE exercerá, sem prejuízo ou dispensa da supervisão e gerenciamento da CONTRATADA, ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução dos serviços, por intermédio de equipe própria de preposto devidamente credenciado, ou empresa CONTRATADA, que atuará na fiscalização da execução dos trabalhos, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar, sem restrições, a ação desses agentes.

10.2. A ação prevista no parágrafo anterior deste instrumento, será preventiva, sem interferência na metodologia de trabalho da CONTRATADA e, em absoluto, não gerará responsabilidade para a CONTRATANTE pela execução das obras e serviços, como também não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA pela execução das mesmas obras e serviços.

10.3. A fiscalização da CONTRATANTE poderá:

10.3.1. Exigir que a CONTRATADA exclua da equipe, designada para a realização dos serviços, qualquer pessoa por ela empregada ou empregado da subcontratada que, a critério da CONTRATANTE, comporte-se de maneira indevida, atue com negligência, imprudência, imperícia ou incompetência no desempenho de suas atribuições ou, ainda, persista numa conduta prejudicial à saúde, à segurança ou ao ambiente no local da execução dos serviços, ou, ainda, de qualquer forma venha prejudicar o andamento normal da execução dos mesmos, a imagem da CONTRATANTE ou que prejudique a relação dessa com as autoridades e/ou comunidade locais, devendo a CONTRATADA providenciar a imediata substituição da referida pessoa.

10.3.2. Notificar a CONTRATADA sobre a utilização de equipamentos e ferramentas inadequados, ou processos inseguros para a realização dos serviços.

10.3.3. Recusar serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA em desacordo com as condições estabelecidas, apresentando as devidas justificativas.

10.3.4. Requerer a realização de testes de materiais, equipamentos e serviços que julgar necessários, principalmente quando apresentarem deficiência ou divergência em relação à especificação e normas técnicas.

10.3.5. Determinar a suspensão da execução, no todo ou em parte, quando sua realização não estiver de acordo com as normas, especificações técnicas e as demais condições contratuais, ou quando houver riscos à segurança de pessoas e ao meio-ambiente ou a sua realização possa causar prejuízos de difícil ou impossível reparação.

10.3.6. Decidir, em nome da CONTRATANTE e no limite de suas atribuições, as demais questões que venham a ser suscitadas quanto à execução do objeto contratado.

10.3.7. As ações ora tratadas serão formalizadas pela equipe de fiscalização e supervisão por meio de relatórios, assinados pelas partes.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Todas as condições e obrigações fazem parte do contrato dos serviços.

11.1.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de serviços que se fizerem necessários à execução dos mesmos, no percentual total estabelecido em legislação, do valor contratado, devidamente atualizado, sendo firmados, para isso, aditamentos ao contrato, prevalecendo, obrigatoriamente, os preços unitários do orçamento, constante da proposta da licitante CONTRATADA. Nos casos em que os preços unitários dos serviços acrescidos não constarem do orçamento constante da proposta, os ditos preços unitários deverão ser submetidos à prévia aprovação da CONTRATANTE. Em qualquer hipótese, a CONTRATANTE só aditará ao contrato, autorizando a variação do volume dos serviços, após a análise dos respectivos efeitos de custo e da real necessidade técnica dos mesmos.

11.1.2. A mão de obra a empregar será sempre de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

11.1.3. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho em função dos serviços contratados (ainda que resultantes de caso fortuito ou por qualquer causa) bem como pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos da execução dos serviços e/ou de ações ou omissões da CONTRATADA, ainda que ocorram em via pública.

11.1.4. A CONTRATADA é, para todos os fins e efeitos jurídicos, única e exclusiva responsável por seus empregados, prepostos e/ou prestadores de serviços, afastada a CONTRATANTE, em todas as hipóteses, de qualquer responsabilidade fiscal, trabalhista, civil, penal, administrativa e previdenciária pelos contratos firmados. Desde já, a CONTRATADA obriga-se a excluir a CONTRATANTE de toda demanda judicial promovida por empregado e/ou contratado para prestação de serviços objeto deste certame, isentando a CONTRATANTE de todo e qualquer ônus, responsabilidade e/ou vínculo para com estes.

11.1.5. Caso seja mantida a presença da CONTRATANTE em eventuais reclamações trabalhistas ou quaisquer outras ações, administrativas ou judiciais, que tenham como fundamento matérias reguladas na legislação já referida, a CONTRATADA obriga-se, desde logo e sem qualquer discussão, a ressarcir a CONTRATANTE de todos os valores despendidos e de adiantar pagamentos a serem efetuados em razão de eventuais condenações, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação nesse sentido, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação ou do valor efetivamente pago, em conformidade com o art. 408 do Código Civil.

11.1.6. Caso haja qualquer divergência, o CONTRATO prevalece sobre este documento e este prevalece em relação a qualquer outro que componha o processo.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA obriga-se a:

12.1.1. Executar os serviços conforme as boas técnicas, com a alocação da mão de obra necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, que possibilitem imprimir andamento aos trabalhos, suficiente para conclusão no prazo contratado.

12.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Fiscalização da CONTRATANTE, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.1.3. Submeter os materiais e ferramentas a serem empregados na execução dos serviços, quando necessário, à aprovação prévia da fiscalização da CONTRATANTE, a qual se reserva ao direito de rejeitá-los caso não satisfaçam aos padrões de qualidade.

12.1.4. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive de transporte e de pessoal, necessários à adequada e regular entrega dos serviços contratados, em plena conformidade com os termos e especificações.

12.1.5. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal.

12.1.6. Utilizar, na execução do objeto do Contrato, somente pessoal em situação trabalhista, previdenciária e securitária regulares, bem como observar as normas que dispõem sobre segurança e medicina do trabalho, assim como as de boa conduta profissional, quando nas propriedades da CONTRATANTE.

12.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada (retenção), exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.1.8. Deverá apresentar, antes de iniciar os serviços, engenheiro civil ou arquiteto como responsável técnico pela execução da estrutura do totem e de suas fundações (totem instalado em terreno), com a apresentação de ART (anotação de responsabilidade técnica) ou RRT (registro de responsabilidade técnica), fornecidos respectivamente pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

12.1.9. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar junto à fiscalização da CONTRATANTE sobre assuntos relacionados à execução dos mesmos.

12.1.10. Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados durante a execução dos serviços contratados.

12.1.11. Realizar os serviços de acordo com as normas de segurança vigentes, utilizando equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva necessários, ficando sob total responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de qualquer acidente que venha vitimar seus empregados, em decorrência da execução do objeto contratado.

12.1.12. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade verificada no decorrer da execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

12.1.13. Comunicar à Fiscalização da CONTRATANTE, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.1.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

12.1.15. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

12.1.16. Providenciar os equipamentos de proteção individual (EPI), bem como orientar e supervisionar os trabalhadores no que diz respeito a prevenção no local dos trabalhos contra a COVID-19.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei de Licitações, são obrigações da CONTRATANTE:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.1.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, determinando sua regularização e fixando prazo para a sua correção.

13.1.3. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos serviços, na forma do contrato.

13.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

14. ANEXOS

- Modelo de Proposta
- Modelo de Planilha Orçamentária, BDI e Composições Unitárias.
- Modelo de declaração visita ao imóvel.
- Modelo de Placa de Identificação de Propriedade.

Brasília-DF, 28 de março de 2023.